

## **BARRAGEM DE ITAPARICA: VINTE ANOS APÓS O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO – (DES) ENVOLVIMENTO E (DES) ESTRUTURAÇÃO DE VIDAS**

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

**COR-EL: sricardo@uesc.br**

### **RESUMO**

O presente texto surgiu da convivência do autor com a realidade social da população rural reassentada do Vale Sub-Médio do São Francisco há vinte anos após a construção da barragem de Itaparica. O objetivo do texto é avaliar as condições sociais de vida das famílias atingidas passadas duas décadas após a construção da barragem. Devido à amplitude espaço-temporal do programa de reassentamento, o trabalho restringiu-se ao município de Petrolândia, em Pernambuco. Na metodologia fez-se primeiramente uma catalogação e leitura dos documentos. Em seguida foram feitas entrevistas com representantes dos reassentados e com alguns reassentados e pesquisa de campo, utilizando-se a observação. Buscou-se o cruzamento entre as propostas e o relato dos reassentados. O trabalho está dividido em três etapas: a primeira trata do processo de reassentamento (1987-1988); a segunda, trata dos projetos de irrigação, a partir de 1993; na terceira fez-se uma avaliação das propostas do acordo de 1986 e dos projetos de irrigação frente à realidade vivenciada atualmente pelos atingidos. A CHESF foi responsável pelo reassentamento e à CODEVASF coube a implantação, execução e acompanhamento dos projetos de irrigação, inclusive assistência técnica. Do cruzamento entre as propostas do programa e o que efetivamente foi realizado houve um grande descompasso. Observa-se que, no fundo, a finalidade da política governamental centrou-se em dois pilares: a ampliação da geração de energia e o favorecimento de grandes empreendimentos sob domínio do capital, acobertados pela estrutura do Estado e pelo capital estatal. O que parecia ser o (des) envolvimento para a região do Vale do Sub-médio São Francisco, apresentava-se aos atingidos como (des) crédito, (des) confiança, frente ao (des) conhecido; e depois de vinte anos de (des) caminhos e (des) encontros, os reassentados vêm-se diante da (des) estruturação de suas vidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** energia; desenvolvimento; barragem; reassentamento; desestruturação.

**ST4: Experiências de reassentamento, reparação e compensação**

# **BARRAGEM DE ITAPARICA: VINTE ANOS APÓS O PROGRAMA DE REASSENTAMENTO – (DES) ENVOLVIMENTO E (DES) ESTRUTURAÇÃO DE VIDAS**

Sérgio Ricardo Ribeiro Lima

## **Introdução**

A microrregião em estudo é marcada pela confluência de três estados banhados pelo Rio São Francisco: os estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia. É a microrregião do sertão nordestino onde historicamente foi construída a hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, e mais recentemente as hidrelétricas de Xingó, em Alagoas, e Itaparica, em Pernambuco.

As condições geo-morfológicas do espaço local, segundo estudos da CHESF (Companhia Hidro-elétrica do São Francisco), eram plenamente adequadas à construção da barragem. O município de Petrolândia, no estado de Pernambuco, foi totalmente inundado com a construção da barragem. A economia do município anteriormente era basicamente a agricultura de subsistência, sem importância no comércio e sem indústria. Com a criação da barragem houve o deslocamento da população para uma localidade próxima da antiga cidade, onde foi construída a nova cidade e as agrovilas.

A realocação da população foi feita pela CHESF através do processo de reassentamento, indenizando as pessoas pelos danos físicos e econômicos, no que diz respeito à propriedade (moradia e atividades econômicas)(CHESF, 1988). Jamais a autarquia federal poderia indenizá-las sob o ponto de vista da memória, da identidade e da construção dos laços sociais então existentes. Esse último aspecto é o que nos interessa no presente texto: investigar as condições sócio-econômicas atualmente existentes da população atingida pela criação da barragem no município de Petrolândia.

## **1. O REASSENTAMENTO**

O processo de reassentamento da população foi resultado de um acordo em 1986, entre a CHESF e os reassentados, intermediados pelo Sindicato e pelo Pólo Sindical. Esse acordo só foi possível com a mobilização dos atingidos. Podemos dividir o processo de reassentamento em três momentos: no primeiro momento seria feita indenização das terras e benfeitorias aos agricultores, como também das casas para as famílias que residiam na cidade. No segundo momento, haveria a construção das casas e das agrovilas e dos pontos comerciais na nova cidade e as obras de infra-estrutura, para em seguida ser efetivada a transferência das mesmas. O período de transferência estipulado pela CHESF se daria entre agosto de 1987 a junho de 1988. O terceiro e último momento do processo de reassentamento seria após a transferência, quando caberia à CODEVASF, no início dos anos 90, encaminhar os projetos de irrigação, para que assim os agricultores começassem a produzir. Desde que os agricultores começassem a produzir, era proposta da CHESF que os reassentados iniciassem a administração autogestionária de seus lotes, de maneira que finalizaria a assistência da CHESF, rompendo a dependência dos reassentados em relação à entidade. Em nosso estudo analisaremos apenas a questão dos reassentados rurais (CHESF, 1986/1987/1996)

### **PRIMEIRO MOMENTO: A “COMPENSAÇÃO”**

Vale ressaltar que o projeto de Itaparica tem uma particularidade em relação aos projetos criados anteriormente, a exemplo de Sobradinho, na Bahia, quando caberia à CHESF apenas indenizar as famílias atingidas, o que, segundo mostra a literatura, resultou num fracasso para os atingidos. Foi justamente em função do desastre que significou a barragem de Sobradinho para as famílias atingidas que despertou a desconfiança da população acerca do projeto de Itaparica, que também tinha como objetivo pagar apenas as indenizações dos bens às famílias, sem nenhum compromisso com o destino das mesmas.

Tendo conhecimento dessa realidade os atingidos se mobilizaram junto aos sindicatos para exigir, além das compensações, o reassentamento de todas as famílias. O lema dos atingidos era “TERRA POR TERRA”. Ou seja, os atingidos deveriam ser além de indenizados pelas benfeitorias que seriam inundadas, o recebimento de um lote de terra equivalente em tamanho ao que ele possuía. Cedendo à pressão do sindicato e dos atingidos, a CHESF aderiu e fez um acordo em 1986, se comprometendo a fazer o reassentamento das famílias. As indenizações seriam feitas com base no valor de mercado dos bens, o que nem sempre poderia ser feito objetivamente, dada a natureza diversa dos bens para efeito de cálculo, por exemplo, as hortaliças e fruteiras.

## **O SEGUNDO MOMENTO: CONSTRUÇÃO DA AGROVILA E REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS**

Acertado o acordo, caberia à CHESF iniciar a construção das agrovilas a partir de 1986. As casas da agrovila seriam padronizadas, acompanhando a mesma um lote agrícola que variava entre 1,5 ha a 6 ha, conforme o tamanho da família (número de pessoas em cada família). Além do lote irrigado haveria área para o sequeiro, (cultivo de lavouras temporárias), atualmente indefinido.

Havia dois tipos de projetos idealizados pela CHESF: projetos especiais de irrigação e os projetos de irrigação na borda do lago. Os projetos especiais de irrigação seriam aqueles das agrovilas, mais afastados do lago. Estes seriam destinados aos pequenos produtores que tinham a produção caracteristicamente de subsistência, com pouca relevância os bens produzidos para venda; os projetos borda do lago seriam aqueles às margens do lago, próximos ao reservatório, com produção mercantil, com maiores exigências do sistema de produção, como também um sistema de irrigação contínuo. Importa considerar que os dois tipos de produção se assentavam às margens do rio antes da inundação, ou, em alguns casos, nos chamados “olhos d’água”, isto é, áreas úmidas férteis com uma certa distância do rio.

Entre a fase de construção das agrovilas e a realocação das famílias houve um descompasso, marcado por atrasos e paralisações, o que criava cada vez mais entre os reassentados sentimentos de descrédito, desconfiança, presente e futura. A proposta de transferência das famílias foi feita entre agosto de 1987 e junho de 1988, até que a construção das casas, desmatamento para preparação dos lotes e implantação de infra-estrutura fosse efetivada, o que não ocorreu até a data final estipulada para transferência. Entre o reassentamento das famílias (segundo momento) e a iniciação da produção nos lotes agrícolas após o começo da instalação dos projetos de irrigação no início dos anos 90, decorreria um período, conforme o acordo, de, mais ou menos, três a quatro anos. Até que os agricultores começassem a produzir ampliaria ainda mais o tempo entre o resultado da produção e a época do reassentamento.

Em face disto, coube a CHESF criar um mecanismo através do qual garantiria aos agricultores uma renda mensal até que eles começassem a produzir e sustentar suas famílias. A V. M. T. (Verba de Manutenção Temporária) seria paga desde o momento do reassentamento até passados seis meses do início da produção nos lotes, quando o sistema de irrigação já teria sido implantado, quando supostamente segundo a CHESF eles já estariam colhendo a produção e sustentando suas famílias. Foram vários e profundos os problemas na passagem entre o segundo e o terceiro momento, problemas estes que inviabilizaria qualquer proposta de autogestão por parte dos reassentados.

### **TERCEIRO MOMENTO: PROJETOS DE IRRIGAÇÃO E AUTOGESTÃO**

Os projetos de irrigação já começaram com atrasos e paralisações, tendo iniciado em 1994 e, passados treze anos ainda alguns ainda não concluídos, enquanto outros inviáveis, decorrentes de problemas relativos ao abastecimento da água, da demanda e custo da energia e das propriedades do solo, entre outros. Como veremos agora, esses três fatores são responsáveis em grande parte pela inviabilidade sócio-econômica do reassentamento.

Com relação à água o maior problema é a não disponibilidade permanente da mesma para a irrigação, pois tem sido contínua a descontinuidade de seu fornecimento tanto para irrigação como para uso doméstico, caso típico da comunidade do Brejinho de Fora. Resolvendo-se o problema da água viria o da energia, pois dado o tamanho dos lotes é impraticável a manutenção do sistema de irrigação, pois encareceria, no caso da subsistência ou pequena produção mercantil, o custo da energia no primeiro caso e assim o custo de produção, no segundo caso. Com relação ao solo o problema é básico, pois a improdutividade do mesmo devido a suas características geológicas exigiria, num caso, seu abandono, e noutro caso, o uso da irrigação, com resultados improváveis de retorno financeiro, conforme assinalamos.

A escolha do local para realocação das famílias variou entre o Brejinho de Fora e as agrovilas. No caso do Brejinho de Fora a escolha do local foi feita pelos próprios agricultores, mesmo estando cientes da impraticabilidade da exploração agrícola no local escolhido. Porém, a confiança no sistema de irrigação deu certo alento para ficarem no local, o que, como veremos adiante, trouxe problemas sérios para os mesmos, vinte e dois anos depois de assentados.

No caso das agrovilas a CHESF foi quem definiu o local das construções. Estranho que mesmo dando conta da impropriedade dos terrenos para produção, neles foram implantadas as agrovilas. Coloca-se a questão: por quê então insistiu a CHESF em implantar as agrovilas num terreno inapropriado para exploração agrícola?

Depois de passado certo tempo os reassentados intermediados pelos sindicatos se deram conta da “pobreza” do solo, o que eles qualificam como descartáveis, passaram a exigir da CHESF uma mudança dos lotes coletivos para solos apropriáveis. Esse problema por si só geraria posteriormente uma cadeia de outros problemas de diversa natureza. O impasse abriria espaço para duas soluções: a indenização em dinheiro do lote ou a troca do lote. A primeira proposta geraria outro problema de maior grandeza. A segunda proposta, isto é, por parte daqueles que não quiseram indenização, mas terra para produzirem,

pois sempre foram e eram afinal agricultores, ainda estão à espera, passados vinte anos.

O problema da indenização gerou, na realidade, dois grandes problemas de natureza social e econômica. O primeiro problema foi na época da transferência das famílias, pois a CHESF abriu a opção para aqueles que, residindo no meio rural, pudessem optar por morar na cidade, Petrolândia, no caso em estudo, ou receber indenização pela terra e decidir seu destino, de maneira que a CHESF não teria mais nenhum compromisso com eles. Aqueles que optaram pela ilusão da indenização, passado certo tempo, morando na cidade, sem ter um ofício, pois eram supostamente agricultores, viam a cada dia o dinheiro escorrer-lhe pelas mãos, pois muitos deles gastaram tudo no consumo de bens (motos, automóveis, eletrodomésticos, etc.) de maneira que chegaram a uma situação em que não tinham mais dinheiro nem terra para se sustentarem. Essa situação os têm levado a um estado de marginalização e miséria crônicas. Outros que conseguiram fazer algum investimento, tem conseguido se manterem. Esse é o caso da maioria das agrovilas no município de Petrolândia e, supostamente, conforme exposto pelo pólo sindical, é uma realidade em outras agrovilas nas cidades que foram inundadas pela barragem.

Esses supostos agricultores despossuídos e na miséria encontram como única saída voltar para as agrovilas e reivindicarem à CHESF direitos que, conforme o acordo firmado entre a entidade, os sindicatos e os trabalhadores, só caberia aqueles que não receberam indenização e continuaram na terra, bem ou mal produzindo, ou não produzindo. Essa situação criou um litígio entre os atingidos indenizados, os sindicatos e a CHESF, que detalharemos mais adiante.

Quanto àqueles que esperaram uma solução da CHESF ou uma interferência do sindicato junto à CHESF, ainda continuam esperando. Conforme comprovamos em pesquisa de campo ao visitar os lotes agrícolas, os instrumentos foram disponibilizados mas as condições não permitem. Primeiramente a introdução de uma nova tecnologia de irrigação pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), por

aspersão, era ignorada pelos agricultores, pois os mesmos quando nas antigas terras inundadas, não precisavam, pois o sistema de irrigação por eles utilizados – se é que assim podemos chamar – era tradicional, o de “molhação”, que é um sistema natural no qual os agricultores apenas preparam a terra para absorverem os nutrientes que vem com as cheias do rio.

O modelo de autogestão foi imposto pela CODEVASF no plano de irrigação das agrovilas. Esse modelo implicaria nos produtores familiares de subsistência transformarem-se em produtores mercantis, ou produzirem segundo a lógica da economia de mercado, que implica custos, produção, produtividade, tecnologia, contabilidade, conhecimentos administrativos, “coisas” que eram estranhas aos reassentados. A citação abaixo é elucidativa:

*“A Companhia (**CODEVASF**) define, então, como atividade central os projetos de irrigação, direcionando prioritariamente suas políticas para a agricultura, para a criação de distritos agroindustriais e agropecuários. A orientação que norteava o planejamento era a da agricultura comercial, da agroindústria e do mercado”* (VIANNA & MENEZES, 1994, p. 23) (grifo nosso).

E era segundo essa lógica que os técnicos da CODEVASF ao assistirem os agricultores assim se comportavam. É bastante oportuna para evidenciar esse comportamento a citação abaixo:

*“Os técnicos não reconhecem os representantes dos camponeses e atuam como se estivessem realizando um mero serviço burocrático de assistência técnica para uma população que ignora e não sabe trabalhar com os sistemas de irrigação. **Essa postura, aliada aos modernos equipamentos instalados nos projetos de reassentamento, consegue colocar os beneficiários como estranhos e incapazes, que precisam (re)aprender a plantar, a comercializar, enfim, a produzir e a viver”**. (idem, p.46) (grifo nosso)*

Isso significa que a CODEVASF/CHESF passa a condicionar as condições sobre as quais os agricultores produzem e vivem, pois de sua maneira de produzir depende sua condição de vida. Os agricultores passam a internalizar de maneira imposta conhecimentos até então ignorados ao seu mundo de trabalho e de vida, numa relação de estranheza com o sujeito e com a coisa exigida.

O desenvolvimento dos projetos de irrigação irregularmente distribuídos entre os reassentados criou também um reconhecimento de diferença entre os mesmos, pois é patente entre as agrovilas os desníveis sociais e econômicos entre os reassentados, assim como dentro de uma mesma agrovila, pois os projetos de irrigação foram efetivados em momentos diferentes, enraizando diferenças de natureza sócio-econômica entre os reassentados.

## **2. REASSENTADOS, SINDICATO E CHESF: RELAÇÕES DE FORÇA E DE PODER**

Gostaríamos de iniciar o capítulo com uma questão: a quem interessa o projeto de construção da barragem de Itaparica? Obviamente que uma obra dessa magnitude teve um planejamento que envolveu implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas, conhecidas fundamentalmente pelo alto escalão do governo federal até a instituição executora, no caso CHESF e CODEVASF.

Percebe-se numa farta documentação assim como através da observação em vários momentos da pesquisa e nas falas dos vários interlocutores momentos estratégicos da atuação do Sindicato e do Pólo Sindical. No momento inicial da proposta de criação da barragem começa a articulação entre reassentados e movimento sindical, colocando-se este como representante das reivindicações daqueles, atuando como intermediador entre a CHESF e os reassentados. A força atuante do sindicato e do pólo sindical alcança o auge, num momento de grande tensão social, em meados de 1986, quando sai o acordo de reassentamento prometido pela CHESF.

Observa-se que do período do fechamento do acordo, em 1986, até a proposta e execução parcial dos projetos de irrigação há uma mudança na atuação dos representantes sindicais como também na relação entre esses e os reassentados, de maneira que os sindicatos entram numa situação mais estável, passado o momento de tensão.

A complexidade do processo trouxe várias situações no cronograma de indenizações e reassentamentos, criando, como já falado, condições as mais diversas, com repercussões na diferenciação entre os reassentados. Criou-se uma situação e uma relação de estranhamento entre atingidos e sindicatos. Os próprios agricultores que no momento inicial do reassentamento assumiram a identidade de atingidos. Por exemplo, alguns reassentados inicialmente com a opção de compensação por indenização deixam de ser reassentados, perdendo automaticamente a identidade de agricultor nas antigas terras, enquanto que os agricultores que rejeitaram a indenização, exigiam “TERRA POR TERRA”, isto é, permaneceram fiéis à identidade de produtor, embora permanecendo numa condição fragilizada.

Essas situações levaram os atingidos a posturas diferenciadas frente aos sindicatos, como também há situações em que frente às diferenças entre os reassentados há pontos em que são unânimes em relação à atuação do sindicato e do Pólo Sindical. Os “reassentados” indenizados frente à situação de miséria em que se encontraram passam a se mobilizar sem o apoio do sindicato, de maneira que criticam a posição do sindicato, acusando-o de aproximação com a CHESF. Na linguagem corrente tais sindicatos seriam pelegos. Da parte do pólo sindical, estes defendem-se firmando o compromisso com os reassentados agricultores, ou seja, são fiéis ao lema “TERRA POR TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA”. Segundo o Pólo Sindical (que congrega o conjunto dos sindicatos) os reassentados indenizados perderam a identidade de agricultores, o vínculo com a terra, meio de trabalho, condição objetiva para que o sindicato os represente. Pois, segundo o Pólo Sindical, continuam intermediando as demandas dos reassentados agricultores frente à CHESF.

Pudemos vivenciar à época em que escrevia o trabalho o movimento de mobilização dos atingidos em frente ao escritório de reassentamento da CHESF em Itaparica no dia 18 de junho do corrente ano. Pudemos entrevistar algumas pessoas. As maiores reivindicações dos atingidos eram fundamentalmente com relação a três pontos: a) o não pagamento para alguns atingidos e a defasagem do valor pago da V. M. T.; b) a precariedade produtiva dos lotes agrícolas; c) a desassistência da CHESF com relação aos reassentados em relação à paralisação dos projetos, ainda por finalizar. Em resposta a CHESF emitiu uma nota no dia 18 de julho aos agricultores afirmando que com relação à defasagem da V. M. T., os valores foram acordados com os próprios reassentados, conforme exposto anteriormente. Outro ponto citado na nota é que para aqueles atingidos que à época optaram por receberem compensações, a CHESF daria por acabada as conversações, não podendo reiniciar qualquer acordo, pois não teriam mais lotes, não se enquadrando na condição de agricultores-reassentados. Com relação ao último ponto, a CHESF afirmou que há um empenho em dar início o mais breve às obras dos projetos de irrigação do Bloco II e Jusante, estando o projeto Itacoatiara em negociação. A questão que se coloca então é: por quê, passados vinte anos de reassentamento, os agricultores continuam praticamente – do ponto de vista econômico, sem falar nos condicionantes sociais que são mais perversos – na mesma situação ou pior, conforme pudemos verificar?

Quando falamos da mesma situação ou pior queremos dizer que, a depender da renda proveniente da produção no lote, os agricultores não sustentariam suas famílias, muitos dependendo de aposentadorias, serviços prestados a terceiros ou da V. M. T. Nesse último caso é uma situação de dependência que se protela.

Uma outra situação trata-se daqueles atingidos que não receberam lote na agrovila ou aqueles que receberam lote, mas não receberam a V. M. T. Ou ainda a quase unanimidade dos reassentados que receberam a V. M. T., foi correntemente abaixo do valor estipulado pela CHESF em acordo de 2,5 salários mínimos, conforme pudemos comprovar ao verificar cópias dos recebimentos de um reassentado com valor inferior ao acordado. Esses são casos em que

objetivamente comprovados na pesquisa de campo, não sinalizou interferência dos sindicatos frente à CHESF. Os reassentados criticam o sindicato, pois, segundo eles, a V. M. T. é repassada para o sindicato e esse repassa para os reassentados, que pudemos constatar com a CHESF que é uma inverdade. A CHESF deposita diretamente a verba na conta dos reassentados.

Com relação ao valor pago da V. M. T. há uma situação temporal *sui generis*, visto que o momento de assinatura do acordo de 1986 foi de convulsão político-econômica. Política pela mudança recente do regime político da ditadura para a nova república e a conseqüente morte do presidente eleito, assumindo o vice que instaurou imediatamente o Plano Cruzado de contenção inflacionária. O plano, em função as contingências ocorridas, sofre alguns ajustes em 1986, caindo no descrédito pela população em 1987, indo por água abaixo, sendo sucedido pelo plano cruzado novo e, em seguida, pelo plano Bresser em 1989, e daí uma série de mudanças de caráter econômico-financeiro. Essa conjuntura política e econômica inviabilizou qualquer possibilidade da CHESF acenar o cumprimento do acordo no valor de dois e meio salários-mínimos, dada a instabilidade política e econômica do momento. Por outro lado, ficou patente que a natureza da renda de apoio aos reassentados, a V. M. T. não podia ter caráter de referência no salário-mínimo, visto que não tinha o caráter jurídico de renda permanente, mas apenas de apoio momentâneo. Em 1989 a proposta de referência no salário mínimo é descartada, propondo-se a base através do B. T. N. (Bônus do Tesouro Nacional), que também foi descartado.

Portanto, devido a impropriedade de balizar a V. M. T. por um índice de referência, a CHESF com a anuência do Sindicato e Pólo Sindical e reassentados passaram a utilizar como referência o valor da cesta básica, mediante a consulta de preços dos bens de primeira necessidade nos supermercados locais, com base numa média entre o menor e o maior preço, para daí estipular o valor da V. M. T., que até hoje mantém essa referência, estando atualmente no valor de R\$442,00 (quatrocentos e quarenta e dois reais), bem abaixo do acordado em 1986 no valor de 2,5 salários-mínimos, que estaria atualmente valendo R\$1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais).

Dessa situação resultou um grande problema. Com a estabilidade de preços e o controle da inflação no governo Fernando Henrique, houve uma queda nos preços dos bens da cesta básica, de maneira que repercutiu no valor da V. M. T., fazendo com que ela caísse, invertendo o período anterior de altas taxas de inflação, que faria com que a V. M. T. ultrapassasse o valor de dois e meio salários-mínimos. Tal fato feria o acordo de 1986, porém atendia ao compromisso assumido entre a CHESF, o Sindicato e os reassentados na utilização dos preços médios da cesta básica como referência.

Atualmente, segundo a CHESF, a V. M. T. é paga exclusivamente aos reassentados com projetos em implantação e os casos de projetos em remanejamento. Aqueles reassentados que fogem a esses dois casos, ou seja, os reassentados que estão produzindo, mesmo que obtendo uma renda aquém de suas necessidades, deixaram de receber a V. M. T., o que traz um transtorno econômico e social para essas famílias.

### **3. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO ECONÔMICA DOS REASSENTADOS**

Os agricultores e trabalhadores rurais hoje reassentados convivem com uma realidade de vida bem diferente da situação anterior. Como foi demonstrado na fala dos representantes dos reassentados nas duas agrovilas estudadas e na comunidade do Brejinho de Fora, eram famílias que (re) produziam à base dos bens de subsistência durante todo o ano, às margens do rio, graças à fertilidade permanente do solo enriquecido com nutrientes após a cheia do rio. Ali produziam de tudo um pouco e que bastava para alimentar toda a família. Havia uma relação íntima entre o homem, a terra e o rio.

Tem-se uma realidade completamente diferente na mudança para as agrovilas. O agricultor foi forçadamente separado da terra e do rio. Observa-se nas agrovilas estudadas e na comunidade do Brejinho de Fora que as condições de produção e reprodução de vida dessas famílias são bastante precárias devido a vários fatores: terras descartáveis (solos impróprios para o cultivo); a perda da

fertilidade das margens do rio, pois as agrovilas foram construídas a uma certa distância do rio; operacionalização precária e ineficiente, quando não existente do sistema de irrigação, que para um pleno funcionamento que garantisse produzir a contento nas terras, exigiria um custo elevado de energia; tecnologias sofisticadas face ao conhecimento tradicional do agricultor, exigindo assistência técnica que, quando existente, desconhece os saberes do agricultor, impondo aos mesmos a tecnificação; os descompassos entre o trauma da transferência e a espera longa da implantação do sistema de irrigação, que não apenas sofreu paralisações, como não foi finalizado em algumas agrovilas e em outras não foi feito o projeto (LIMA & GALINDO, 1995). Esses fatores objetivos já são suficientes para expressar, no mínimo, o quadro de desânimo dos agricultores. Quanto aos fatores subjetivos que trataremos no item seguinte, estes têm estado presente entre os atingidos desde o anúncio da construção da barragem.

Face aos problemas acima expostos, permeia entre os atingidos certo sentimento de ociosidade e elevado grau de dependência em relação à CHESF. A impossibilidade dos agricultores produzirem faz com se mantenham pela renda da aposentaria, serviços prestados localmente ou da V. M. T., esta última apenas para aqueles que em suas terras foram constatadas a impropriedade do solo para produção ou onde o projeto de irrigação não foi implantado. Para os demais, como é o caso do BLOCO II, a maioria das pessoas estão vivendo na miséria, sem nenhuma fonte de renda para se manterem. E nesta situação há um grande contingente de atingidos, pois parte significativa deles ou receberam a compensação (indenização) ou venderam seus lotes e gastaram toda renda na aquisição de bens. Desprovidos de qualquer renda, alguns voltaram para os lotes, outros estão desocupados e ociosos nas cidades, caso típico de Petrolândia que tem abrigado contingente expressivo de pessoas que abandonaram ou venderam os lotes e foram para o meio urbano. A contrapartida desse movimento migratório de 'desocupados' e 'ociosos' tem sido o aumento populacional acompanhado dos índices de violência, prostituição e drogas. O suspiro do Senhor Alexandre do Brejinho de Fora é sintomático da situação vivida, quando questionado sobre as perspectivas da comunidade:

“Vai chegar o momento em que agente não vai poder trabalhar”

Uma iniciativa singular é o grupo de 18 mulheres de uma das agrovilas que, estando desocupadas, decidiram produzir alimentos orgânicos em uma pequena área há mais ou menos um ano. Os resultados têm sido promissores, de maneira que não conseguem atender a demanda, havendo necessidade de expandir a área cultivada. Esse grupo de mulheres criou também um selo próprio dos alimentos produzidos. É uma atividade inovadora visto que na localidade não há nada nesse sentido, ao mesmo tempo em que produzem alimentos limpos e uma atividade ambientalmente sustentável. No mais o que os agricultores produzem é bastante insignificante tanto para a subsistência como para venda. Na realidade parte significativa do contingente populacional dos atingidos no meio rural encontra-se ainda em situação de espera e dependência da CHESF para poder dar rumo a suas vidas. Depois de 20 anos de transe, mantém-se num estado de incertezas e descrenças. A intencionada autogestão dos atingidos está longe de ser efetivada enquanto as condições necessárias para que eles produzam não forem atendidas. Conforme constatou Santana, as atividades dos assentados se ordenam numa situação de estranhamento, desenraizamento e de reorganização (SANTANA, 1995, p. 72).

No governo Fernando Henrique essa perspectiva era totalmente infundada. No governo Lula já se vem dando passos à concretização das promessas feitas no primeiro governo de Lula, na medida em que a proposta do atual governo é garantir as condições de produção e a terra para os supostos reassentados, mas num processo ainda bastante lento. A retomada das obras de finalização do programa de reassentamento no governo Lula contempla três projetos que foram interrompidos ou inacabados nesses vinte anos: Bloco II, no município de Petrolândia, em Pernambuco, Itacoatiara e Jusante, respectivamente nos municípios de Rodelas e Glória, ambos na Bahia.

#### **4. CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA DOS REASSENTADOS: PROMESSAS, ILUSÕES E REALIDADES**

Embora os aportes teóricos clássicos e neoclássicos da economia tivessem um peso absolutamente forte na variável econômica, não deixa de ser verdade que o que se aspirava era o desenvolvimento humano. E, em se tratando, de grupos e representações coletivas, tais condições de vida carregam fundamentalmente um conteúdo social, pois o fator econômico por si só não tem sentido.

Talvez o que se disse acima se ilustre no dilema entre o progresso (expansão das fontes de energia para o desenvolvimento) numa visão positivista e os impactos sociais do mesmo. Foram vários os sentimentos que permearam a mente dos atingidos, desde o sentimento de perda do lugar de trabalho e vida até o sentimento de esperança carregado de desconfiança frente às propostas e promessas acordadas com o órgão executor.

Os sentimentos objetivos e subjetivos dos atingidos se colocam num mesmo plano, porém com particularidades próprias. Os sentimentos objetivos do cotidiano da vida prática se misturam com os sentimentos subjetivos mentalmente encarcerados. Os sentimentos objetivos seriam aqueles frutos das necessidades materiais do dia a dia dos atingidos, as condições materiais de produção de suas necessidades, passíveis de serem indenizados. Os sentimentos subjetivos são aqueles que não saem da mente do atingido, e não podem ser indenizados. Envolvem a vida e o trabalho, os laços sociais de vizinhança, de solidariedade e de amizade, quebrados quando da transferência dessas famílias para o desconhecido. Do primeiro já falamos; do segundo nos debruçaremos agora.

Um traço social característico do reassentamento de Itaparica tem sido a desestruturação dos antigos laços sociais que permeavam na cidade inundada. É recorrente esse sentimento entre os reassentados durante toda a pesquisa. Tanto nas agrovilas como na vida urbana de Petrolândia constatamos esse sentimento de insegurança, desconfiança e a perda dos laços de amizade anteriormente existentes. A observação do trabalho de Rodrigues é bastante representativa desse sentimento:

*Além da desarticulação das redes de sociabilidade que integravam essa população uma ordem social já conhecida e devidamente construída ao longo de sua vida na relação com a terra e com os meios de produção, o projeto Itaparica significava o anúncio de um novo “modelo de vida”, o “desconhecido” (RODRIGUES, 1999, p. 36).*

Os reassentados no meio urbano e nas agrovilas recordam da época em que todos se conheciam. No dizer do senso comum, *“embora as pessoas não se falassem, mas todo mundo conhecia todo mundo”* pelos laços familiares.

Nas visitas que fizemos tanto ouvimos das pessoas como pudemos observar as pessoas vivendo reservadamente em seus lares, interagindo-se apenas entre aqueles que eram antes vizinhos ou amigos (na antiga cidade) e foram mantidos unidos numa mesma agrovila. Os fortes laços de vizinhança e amizade carregavam os sentimentos de segurança e tranqüilidade, hoje perdidos no espaço rural e urbano, mais ainda neste último.

O sentimento de diferença social é igualmente ilustrativo nas agrovilas, pois a transferência das famílias em função da efetivação das obras foi feita em momentos diferenciados, permitindo algumas famílias se adiantarem em suas atividades em relação a outras, assim como, o que os reassentados chamam de “pessoas estranhas” que foram beneficiadas com lotes nas agrovilas sem serem reassentadas, causando uma relação de estranhamento. Os destinos escolhidos pelos reassentados com relação às diversas atividades agrícolas e não agrícolas em função das paralisações e atraso das obras criou também uma diferenciação social crescente entre os verdadeiros reassentados e aqueles que para lá se deslocaram por esta ou aquela razão, por exemplo, quando da venda do lote pelo reassentado para pessoas sem nenhuma identificação com a realidade vivenciada pelos atingidos. Com relação a esse ponto é ilustrativa a colocação de Filho quando afirma que dentro dos quadros de complexidade da organização

social, mesmo partilhando de interesses comuns e categorias de pensamento idênticas, operam nuances diferenciadoras, qualitativa e quantitativamente (FILHO, 1994, p. 61).

Esses exemplos levaram a uma descaracterização do que seja reassentamento e reassentado. O próprio reassentado que optou pela venda do lote ou pela indenização perdeu a identidade de reassentado, ficando de fora das políticas públicas voltadas para os reassentados, assim como, segundo o Pólo Sindical, sem apoio sindical, pois o sindicato dá apoio apenas aquele reassentado que optou pela terra e não por indenização ou vendeu o lote, perdendo assim a identidade e seus direitos.

Algumas populações atingidas ficam no chamado 'polígono da maconha' ou em seus arredores. O município de Petrolândia é um dos que se inserem nesse polígono. A população desse município vem enfrentando um problema triplo que na antiga cidade não existia: droga, prostituição e violência. É queixa freqüente dos antigos moradores que a cidade cresceu, a população aumentou, tem muita gente desconhecida e se perdeu a tranqüilidade. É costumeiro as pessoas dizerem que na "cidade velha" dormiam com janelas e portas abertas, sentavam nas calçadas à noite para conversarem, costume impossível nas atuais condições.

Fazendo o cruzamento das informações obtidas das entrevistas nas agrovilas com as entrevistas e conversas na cidade, constatamos que a situação precária e de miséria de antigos reassentados que venderam seus lotes ou foram indenizados, se deslocaram para a cidade e, sem dinheiro, sem emprego e sem perspectivas terminam caindo em uma ou mais daquelas situações-problemas apontadas acima. Eram simplesmente antigos lavradores, meeiros, moradores, que diante da opção entre indenizar a terra ou ficar nela, constatando no último caso improdutiva, e assim vendendo os lotes e dirigindo-se para a cidade, gastaram todo dinheiro, ingressando numa situação de miséria, forçando-se a ingressarem no mundo da prostituição, no roubo e/ou na lavoura da maconha.

Existem situações bem diferenciadas entre as agrovilas, quanto às condições de infra-estrutura, econômicas e sociais. Do Projeto Barreiras, apenas o Bloco I, que conta com duas agrovilas, é que está em melhores condições, especificamente a Agrovila I e II, que dispõem de água tratada, saneamento, energia, posto de saúde, ensino fundamental sob responsabilidade da prefeitura, telefone público. Embora passando pelos mesmos problemas citados acima, as duas agrovilas estão melhor aparelhadas, embora tenham uma organização sócio-política através da associação bem pouco representativa. Para se ter uma idéia, do total de, mais ou menos, 150 famílias das duas agrovilas, apenas 22 pessoas são filiadas à associação. Mas as condições atualmente existentes não permitem a fixação dos filhos e netos dos reassentados nas agrovilas, por estas não oferecerem oportunidades de trabalho, pois pode-se dizer que as agrovilas, mesmo as melhores, chegaram a um ponto que estacionaram, presas ainda à assistência da CHESF. Essa pouca representatividade tem repercutido fortemente na perpetuação dos problemas internos e no atraso como um todo.

A comunidade do Brejinho de Fora é um caso particular, pois foge à idealização do plano das agrovilas, pois é situada numa localidade à parte, por reivindicação dos próprios moradores, mantendo-se unidos como eram na 'velha cidade'. A situação econômica, social e política é mais séria se comparando com a agrovila. A produção agrícola manteve-se durante todo estes anos totalmente estagnada, produzindo um ou outro produto de valor inexpressivo, caso do côco. A comunidade sobrevive basicamente do criatório de ovelhas e bois, aposentadoria, serviços prestados na localidade e pescaria. Não há nenhuma organização na forma de associação ou outra qualquer, de maneira que há uma fragilização política da comunidade frente aos problemas enfrentados. As condições de vida locais são bastante precárias, chegando ao nível da miséria. As carências são muitas.

Nesses vinte anos os atingidos se alimentaram de promessas e ilusões. A realidade hoje existente nessas comunidades mostra que um salto de qualidade de vida para essas pessoas é algo remoto, principalmente para os filhos, sem a mínima perspectiva de continuarem vivendo nesse meio. Seria necessário uma

mudança no rumo da política direcionada para esta realidade. Embora, conforme declarado pela representante de uma agrovila, se afirme que não acharia que estaria em melhores condições, caso estivessem no mesmo lugar.

Mas a perspectiva dos reassentados é sombria, caso se mantenha o atual estado de coisas, pois eles não têm condições de alavancar suas economias, ficando dependentes da CHESF. E aí fica a questão: e quando a CHESF abrir mão da assistência despendida aos reassentados, ou repassar a responsabilidade para a prefeitura, que destino tomarão essas famílias?

## **5. O GRANDE PROJETO GOVERNAMENTAL E AS VIDAS DEIXADAS A MEIO CAMINHO ENTRE O ONTEM E O HOJE**

Três pontos são importantes na análise do projeto de reassentamento, desde sua concepção até o momento atual: o primeiro foi a idéia de expandir a disponibilidade de energia para o crescimento econômico, ainda na época da ditadura até o início da Nova República; o segundo foi no governo Fernando Henrique, quando a ordem era privatizar para modernizar com o discurso de tornar a máquina pública eficiente e enxuta, supondo resolvidos os problemas que envolviam o reassentamento com pagamento de indenização. O último ponto é a retomada do projeto inicial no governo Lula: dar continuidade à consolidação dos projetos em atraso e manter o trabalhador na terra, dando-lhes condições de uma vida digna.

Para efeito de nossa análise, trataremos aqui dos últimos dois pontos que, juntos, abarcam os aspectos principais e centrais que envolvem os condicionantes pelos quais passam os atingidos. Esses aspectos envolvem desde questões locais e que se refletem em questões mais amplas. Nesse sentido é necessária a retomada do processo histórico dos dois últimos governos que mediante suas iniciativas, resultaram nos processos sociais que se desenrolaram nesses últimos anos.

O fenômeno da globalização do início dos anos 90 que na prática, no Brasil, resultou num vasto programa de privatizações de várias esferas públicas teve seu auge assim como seu ultimato no governo Fernando Henrique. A globalização tem seu fundamento ideológico nos princípios neoliberais engendrados no final dos anos 80, através do Consenso de Washington.

Tais princípios tratavam de colocar em prática a ampliação livre e irrestrita da economia de mercado ou do laissez-faire do século XVIII, para áreas até então fechadas ao capital. Em suma, recordando Rosa Luxemburgo, levar o domínio do capital a setores da economia sob controle do Estado ou abrindo à concorrência do capital internacional, ou ainda, abrir ao capital os espaços ainda sobre controle de economias naturais, transformando-as em economias de mercado.

A CHESF entraria no programa de privatizações do governo Fernando Henrique, conforme pudemos constatar. Assim, o programa inicial de ampliação da oferta de energia com a construção da barragem de Itaparica estaria no governo Fernando Henrique associado ao programa de privatização. Ao que tudo indica, supõe-se que a implantação do modelo privatizante numa visão ampla estaria em associação com a paralisação do programa de reassentamento e dos projetos de irrigação através do expediente do pagamento de indenizações aos atingidos, de maneira que selaria o fim de qualquer compromisso entre o governo e os atingidos, o que facilitaria a privatização da empresa energética, pois a consolidação do reassentamento seria uma barreira.

Outro aspecto era a transformação de simples agricultores de subsistência em agricultores capitalizados através do moderno programa de irrigação imposto pela CODEVASF aos atingidos, alheios a essa tecnologia e ao modo de produzir que a utilização dessa tecnologia exigia. A idéia agora eram os agricultores familiares produzirem segundo a lógica do mercado, quando até então o máximo contato que tinham com o mercado era a simples venda de seus excedentes (raramente) nas feiras livres, que fogem aquela lógica propriamente dita.

Acrescentando que as condições da estrutura econômica e da infra-estrutura eram inapropriadas ao tipo ideal da exploração econômica capitalista.

O que se assistiu até o momento foi a uma desestruturação da base de sustentação da economia familiar dos atingidos. Essa desestruturação se refletiu na incapacidade, frente às condições gerais do patrimônio supostamente produtivo, de manterem a subsistência da própria família, que por sua vez se refletiu desde o início do reassentamento, na desestruturação social de suas vidas.

Essa desestruturação social e econômica trouxe, de um lado, uma forte dependência da CHESF, até hoje, passados vinte anos e a sensação de impotência e ociosidade, como transparece a idéia que se criou dos reassentados, por 'receberem renda do governo (V. M. T.) sem fazer nada' (preguiçosos). Por outro lado, o aumento da violência, das drogas e da prostituição, algo que era praticamente inexistente para essa população.

Cabe mencionar ainda a tensão que se criou dos atingidos para com a CHESF, o sindicato e o pólo sindical, temperada pela questão político-partidária envolvida nas negociações. Observou-se que no início do acordo de 1986 com a CHESF, o sindicato era um forte amparador e mediador da causa dos atingidos, mas que com o passar do tempo criou-se uma cisão entre os atingidos e os sindicatos que perdura até hoje, assim como a troca de acusações. Tal situação é apenas um empecilho ao processo de negociação da consolidação dos projetos em atraso, reiniciado pelo governo Lula.

A CHESF, por sua vez, conforme pudemos observar em entrevistas e documentos, tem levado o projeto adiante, porém com atrasos e descontinuidades que causaram grandes transtornos à vida dos assentados, mas que, em alguns casos, dependiam das estâncias superiores. Os atingidos erraram ao negociarem o direito de reassentado em troca de indenização ou abandonando ou vendendo seus lotes, obviamente diante da insegurança, incerteza que permearam suas vidas durante todo esse tempo. Isso sem falar nas

indiferenças que permearam a distribuição dos lotes, o pagamento da V. M. T. e as inconclusões de obras de que foram vítimas alguns atingidos.

Vale ressaltar que face aos programas de criação de barragens anteriores em várias partes do país, o projeto de reassentamento de Itaparica teve um salto qualitativo. A mobilização dos atingidos intermediados pelo sindicato diante do desastre vivenciado pelos atingidos da barragem de sobradinho serviu de alerta para reivindicarem mais que uma compensação, o programa de reassentamento e a verba de manutenção principalmente. Outro traço fundamental foi o acesso à terra para aqueles agricultores que viviam na condição de meeiros, moradores ou agregados. Da mesma forma que os proprietários de terras, estes adquiriram os mesmos direitos com relação à casa, o lote agrícola e a verba, com exceção da compensação.

Vale lembrar também que com a conclusão das obras da barragem houve um número significativo de empregos para a população local. Com relação à construção da nova cidade, houve um reaparelhamento moderno da mesma com o respectivo aprimoramento dos serviços públicos e um maior dinamismo para o comércio e a atividade agrícola. A paisagem urbana de Petrolândia hoje tem um aspecto arquitetônico moderno em comparação com a velha cidade, onde as construções eram bastante deterioradas e onde ao mesmo tempo, as pessoas tinham uma vida bem simples e pacata. A barragem, ao mesmo tempo em que trouxe a modernidade e o desenvolvimento, trouxe a desestruturação de vidas anteriormente sedimentadas nos laços de amizade, vizinhança e parentesco.

## **BIBLIOGRAFIA**

**CHESF. (1986). Acordo entre a CHESF e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da usina hidrelétrica de Itaparica. Recife.**

**\_\_\_\_\_. (1987). Protocolo de normas complementares para execução do acordo celebrado em 06/12/1996. Recife.**

\_\_\_\_\_. (1988). **Mudar pra melhor: reservatório de Itaparica.** ACS/DIR/CHESF, Recife.

\_\_\_\_\_. (1996). **Primeiro Aditivo ao acordo de 1986.** Recife.

FILHO, J. C. S. (1994). **A besta-fera e as águas de baixo: um estudo sobre representações.** Dissertação de Mestrado/Antropologia. CFCH/UFPE, Recife.

LIMA, A. E. V. & GALINDO, M. C. (1995). **Projeto Itaparica: avaliação do reassentamento rural – 4º Relatório de Acompanhamento Trimestral – RAT.** FUNDAJ, Recife.

RODRIGUES, C. M. B. (1999). **Formação democrática e gestão participativa no perímetro irrigado Icó-Mandantes.** Dissertação de mestrado. UFPE, Recife.

SANTANA, G. D.(1995). **Do rio à caatinga: um estudo da rea(loca)ção das famílias deslocadas da Barragem de Itaparica.** Dissertação de mestrado. UFPB. João Pessoa.

VIANNA, A. & MENEZES, LAIS. (1994). **O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica.** CEDI/KOINONIA. Políticas de Desenvolvimento no Vale do São Francisco, Rio de Janeiro.



